

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1. Apresentação

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao primeiro semestre de 2015.

2. Ambiente macroeconômico

A desaceleração da economia global foi mais tenue nesse primeiro semestre de 2015, muito devido a pequena recuperação das economias mundiais no segundo trimestre do ano. No caso dos EUA, após observar queda na atividade econômica nos três primeiros meses, o segundo trimestre apresentou recuperação e crescimento, apontando para uma aceleração do consumo, além da melhora do mercado de trabalho e maior acesso a crédito aceleração da expansão da renda. O continente Asiático emergente seguiu mais fraco, especialmente com a piora dos indicadores econômicos na China. A América Latina segue com a maioria dos países enfrentando problemas estruturais, como déficits fiscais, baixo crescimento e inflação elevada.

No Brasil o cenário foi de incerteza e indicadores negativos. Após a pequena retração da atividade econômica registrada no primeiro trimestre de 2015, dados divulgados pelo Banco Central indicam acentuação do índice negativo para o segundo semestre do ano, deixando o país em recessão técnica, caracterizada após 2 trimestres seguidos de recuo do Produto Interno Bruto. A Produção Industrial Brasileira recuou 6,9% nos cinco primeiros meses do ano, complementando um cenário de redução no investimento produtivo.

No estado de Santa Catarina, apesar do crescimento no investimento por parte do Governo do Estado, o cenário acompanhou a movimentação nacional com redução da produção industrial de 7,4%, observada no período de janeiro a maio de 2015, quedas na exportação e importação, e pequena variação positiva na geração de postos de trabalho no comparativo do primeiro semestre do ano.

2.1. Desempenho Operacional

O total de caixa e equivalentes auferido no primeiro semestre de 2015 apresentou um incremento de 34,58% frente ao mesmo período do ano anterior, atingindo um patamar de R\$ 322,4 milhões, frente a R\$ 239,5 milhões.

A carteira de crédito operacional neste primeiro semestre totalizou R\$ 669,7 milhões. Ao setor público estão destinados R\$ 196,2 milhões, enquanto o setor privado participa com R\$ 473,5 milhões.

As operações de crédito contratadas no primeiro semestre deste ano totalizaram R\$ 97,8 milhões (incremento de 3,65% frente ao primeiro semestre de 2014). As contratações destinadas aos municípios totalizaram R\$ 30,2 milhões. Destaque para o setor privado que contribuiu com 63% das contratações totais no período, aumentando em 210,3% as contratações se comparadas ao 1º semestre de 2014. Vale ressaltar a atuação do programa Microcrédito de Santa Catarina, onde o Badesc oferece crédito ao microempreendedor através das Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado, e do programa Inovacred, destinado aos empreendimentos inovadores, cujos números aumentaram 50%.

2.2. Desempenho econômico-financeiro

No primeiro semestre de 2015 as receitas da intermediação financeira tiveram um incremento 2,45% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 64,0 milhões para R\$ 65,6 milhões. O resultado líquido no período em 2014 foi de R\$ 0,8 milhões negativos, enquanto para o mesmo período deste ano, o resultado foi o lucro de R\$ 6,2 milhões.

Considerando os resultados acumulados, o Patrimônio Líquido encerrou junho de 2015 em R\$ 534,9 milhões, significando um incremento de 3,1%, frente ao primeiro semestre de 2014. Os ativos somaram R\$ 956,4 milhões.

O índice de liquidez corrente de 5,28 apresenta posição confortável para honrar dívidas no curto prazo, gerados por um ativo circulante de R\$ 545,5 milhões frente um passivo circulante de R\$ 103,4 milhões. A composição do endividamento em junho de 2015 é de 24,52% em contas de curto prazo. Observa-se que o passivo da Agência, em sua maioria, constitui-se de repasses ao BNDES e FINAME.

3. Promoção social e cultural

A Fundação Cultural BADESC foi criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, e inaugurada em 28 de março de 2006, tendo como objetivo fomentar a cultura através de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, aulas de Tai Chi Chuan para terceira idade, pequenos espetáculos musicais eruditos, programas de ações educativas com educadores direcionados às escolas públicas e privadas. Promove também o apoio cultural com investimentos financeiros através da lei Rouanet.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	2015	2014		2015	2014
CIRCULANTE	545.469	504.165	PASSIVO		
Disponibilidades (nota 3l)	46	33	CIRCULANTE	103.357	112.774
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4)	322.385	239.548	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Carteira Própria	322.385	239.548	Oficiais (nota 9)	75.568	88.705
Operações de Crédito (nota 5)	217.490	252.620	BNDES	57.015	76.173
Setor Público	119.605	131.194	FINAME	16.863	12.325
Setor Privado	110.181	137.951	Outras Instituições	1.690	207
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Dúvida	(12.296)	(16.525)	Outras Obrigações	27.789	24.069
Outros Créditos	2.165	1.789	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39	-
Rendas a Receber	-	5	Sociais e Estatutárias (nota 10)	13.753	8.728
Diversos(nota 6a)	3.105	2.602	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11)	4.628	7.828
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação			Diversas (nota 12)	9.369	7.513
Dúvida (nota 6b)	(940)	(818)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	318.127	352.475
Outros Valores e Bens	3.383	10.175	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Outros Valores e Bens (nota 7)	3.478	11.431	Oficiais (nota 9)	307.896	322.297
(-) Provisões para Desvalorizações	(388)	(1.359)	BNDES	203.327	219.014
Despesas Antecipadas	293	103	FINAME	89.157	92.866
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	407.945	476.846	Outras Instituições	15.412	10.417
Operações de Crédito (nota 5)	400.566	465.669	Outras Obrigações	10.231	30.178
Setor Público	76.616	119.205	Sociais e Estatutárias (nota 10)	-	8.114
Setor Privado	363.323	388.183	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11)	-	9.956
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Dúvida	(39.373)	(41.719)	Diversas (nota 12)	10.231	12.108
Outros Créditos	7.266	11.177	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	534.914	518.840
Diversos (nota 6a)	8.958	14.661	Capital (nota 13)	530.205	530.205
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação			De Domiciliados no País	530.205	530.205
Dúvida (nota 6b)	(1.692)	(3.484)	Reserva de Lucros	322	-
Outros Valores e Bens	113	-	Lucros (Prejuízos) Acumulados	4.387	(11.365)
Despesas Antecipadas	113	-			
PERMANENTE	2.984	3.078			
Investimentos	8	8			
Outros Investimentos	4.125	4.125			
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)			
Imobilizado de Uso (nota 8)	2.976	3.065			
Imóveis de Uso	3.548	3.255			
Outras Imobilizações de Uso	4.288	5.277			
(-) Depreciações Acumuladas	(4.860)	(5.467)			
Intangível (nota 8)	-	5			
Ativos Intangíveis	1.429	1.429			
(-) Amortização Acumulada	(1.429)	(1.424)			
TOTAL DO ATIVO	956.398	984.089	TOTAL DO PASSIVO	956.398	984.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014**
(Em milhares de reais)

	2015	2014
	Semestre	Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	65.595	64.025
Operações de crédito	48.401	55.021
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.194	9.004
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	(19.243)	(34.589)
Operações de empréstimos e repasses.....	(10.296)	(9.207)
Obrigações em Operações de Venda ou Transf. De Ativos Financeiros.....	-	(2)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5h)	(8.947)	(25.380)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	46.352	29.436
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(37.660)	(22.297)
Rendas de Tarifas Bancárias.....	790	885
Despesas de Pessoal.....	(16.697)	(14.631)
Outras despesas administrativas	(4.379)	(5.356)
Despesas tributárias.....	(3.349)	(2.473)
Outras receitas operacionais.....	1.300	1.171
Outras despesas operacionais.....	(15.325)	(1.893)
RESULTADO OPERACIONAL	8.692	7.139
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3.649	529
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	12.341	7.668
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 15) ...	(6.184)	(8.481)
Provisão para imposto de renda.....	(3.861)	(5.296)
Provisão para contribuição social.....	(2.323)	(3.185)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE.....	6.157	(813)
Lucro (prejuízo) por ações do semestre.....	0,0292	(0,0039)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014**
(Em milhares de reais)

Eventos	Capital realizado	Reservas (Legal)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2014	490.205	-	(10.552)	479.653
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	-	-	(813)	(813)
Aumento de Capital	40.000	-	-	40.000
Saldos em 30/06/2014	530.205	-	(11.365)	518.840
Mutações do Período	40.000	-	(813)	39.187
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2015	530.205	14	-	530.219
Lucro líquido do semestre	-	6.157	6.157	6.157
Destinações				
-Reservas	-	308	(308)	-
-Dividendos Propostos	-	(1.462)	(1.462)	(1.462)
Saldos em 30/06/2015	530.205	322	4.387	534.914
Mutações do Período	-	308	4.387	4.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial “Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC”, constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. –Badesc**.

Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

a. o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;

b. financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias,

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014**
(Em milhares de reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Semestre.....		
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito.....		
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....		
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....		
Constituição (reversão) da Provisão Outros Créditos		
Constituição (reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL		
Depreciação/Amortização		
Lucro Líquido Ajustado		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Títulos e Valores Mobiliários.....		
Operações de Crédito		
Outros Créditos		
Outros Valores e Bens.....		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações Sociais e Estatutárias.....		
Outras Obrigações		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(Aumento)/diminuição líquida do ativo imobilizado

CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento(Redução) de Capital Social

Aumento(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses.....

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

Modificações na Posição Financeira

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre

Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (nota 31).....

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

industriais, comerciais e de serviços;

- c. atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- d. atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- e. financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- f. financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- g. formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 14 de agosto de 2015, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas

da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apropriação de receitas e despesas

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculados pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Operações de crédito e as obrigações por repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para operações de crédito e com característica de operações de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 15/12, de 12 de dezembro de 2012, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil – BACEN.

h. Provisões para férias e décimo terceiro salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que exceder a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As Contribuições para o PIS – PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei.

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

j. Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

k. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 30 de junho de 2015, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

	2015	2014
Depósitos Bancários	46	33
Cotas de Fundos de Investimentos	322.385	239.548
Total	322.431	239.581

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

n. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Cotas de fundo de investimento	322.385	-	322.385	239.548	-	239.548
Total	322.385	-	322.385	239.548	-	239.548

O montante de R\$ 322.385 em 2015 (R\$ 239.548 em 2014) refere-se a fundos de investimento em renda fixa que são administrados pelo Banco do Brasil S.A.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

a. Operações de crédito

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Empréstimos e financiamentos						
- Setor Público	119.605	76.616	196.221	131.194	119.205	250.399
Empréstimos e financiamentos						
- Setor Privado	106.666	342.157	448.823	136.404	367.030	503.434
Financiamentos rurais						
e agroindustriais	1.509	21.166	22.675	1.547	21.153	22.700
Financiamentos a Exportação						
	2.006	-	2.006	-	-	-
(-)Provisão para operações						
de crédito	(12.296)	(39.373)	(51.669)	(16.525)	(41.719)	(58.244)
	217.490	400.566	618.056	252.620	465.669	718.289

b. Outros créditos com característica de operações de crédito

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Devedores para compra						
de valores e bens	2.019	2.211	4.230	1.627	2.528	4.155
(-)Provisão operações						
com carac. oper. crédito	(940)	(915)	(1.855)	(818)	(1.171)	(1.989)
	1.079	1.296	2.375	809	1.357	2.166

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente para fazer face a perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

c. Classificação por tipo de operação

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Operações de crédito						
	229.786	439.939	669.725	269.145	507.388	776.533
Operações com característica						
de operação de crédito	2.019	2.211	4.230	1.627	2.528	4.155
(-)Provisão para créditos de						
liquidação duvidosa	231.805	442.150	673.955	270.772	509.916	780.688
	(13.236)	(40.288)	(53.524)	(17.343)	(42.890)	(60.233)
	218.569	401.862	620.431	253.429	467.026	720.455

d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	68.033	14.754	23.144	11.429	450	709	283	564	6.360	125.726	18,65
• De 181 a 360 dias	52.436	14.828	22.413	9.520	321	1.195	177	540	4.650	106.080	15,74
• Acima de 360 dias	96.637	74.043	136.702	87.187	1.082	11.680	565	3.883	24.990	436.769	64,81
Subtotal	217.106	103.625	182.259	108.136	1.853	13.584	1.025	4.987	36.000	668.575	99,20
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	5	229	696	26	284	97	35	752	2.124	0,31
• de 61 até 180 dias	-	-	-	26	10	412	115	49	1.108	1.720	0,26
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	172	2	-	1.362	1.536	0,23
Subtotal	-	5	229	722	36	868	214	84	3.222	5.380	0,80
Total	217.106	103.630	182.488	108.858	1.889	14.452	1.239	5.071	39.222	673.955	
PROVISÃO	-	518	1.825	3.266	189	4.335	619	3.550	39.222	53.524	

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	62.857	17.144	27.733	8.329	896	1.117	6.500	986	4.649	130.211	16,68
• De 181 a 360 dias	66.306	20.102	33.999	10.606	888	1.308	2.745	1.072	3.537	140.563	18,01
• Acima de 360 dias	136.281	93.908	143.418	78.877	3.479	6.131	6.370	5.095	24.914	498.473	63,84
Subtotal	265.444	131.154	205.150	97.812	5.263	8.556	15.615	7.153	33.100	769.247	98,53
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	118	205	289	157	140	2.349	408	324	3.990	0,51
• de 61 até 180 dias	-	-	-	31	147	42	2.400	628	633	3.881	0,50
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	2.984	21	136	429	3.570	0,46
Subtotal	-	118	205	320	304	3.166	4.770	1.172	1.386	11.441	1,47
Total	265.444	131.272	205.355	98.132	5.567	11.722	20.385	8.325	34.486	780.688	
PROVISÃO	-	656	2.054	2.944	557	3.516	10.193	5.827	34.486	60.233	

e. Composição por atividade econômica

	Prazo de vencimento (em dias)					
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado						
Indústria	60.452	178.519	238.971	79.393	195.054	274.447
Comércio	14.084	42.578	56.662	18.146	52.882	71.028
Outros serviços	34.149	123.271	157.420	40.492	121.622	162.114
Financiamentos a Exportação	2.006	-	2.006	-	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.509	21.166	22.675	1.547	21.153	22.700
	112.200	365.534	477.734	139.578	390.711	530.289
Setor público						
Administração direta municipal	119.605	76.616	196.221	131.194	119.205	250.399
	119.605	76.616	196.221	131.194	119.205	250.399
	231.805	442.150	673.955	270.772	509.916	780.688

f. Composição por faixa de valor e nível de risco

Operações	Composição por montante - 2015									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até R\$ 10.000	-	124	106	184	22	16	1	-	43	496
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	80	145	469	670	47	19	36	-	38	1.504
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	580	935	1.729	1.559	121	-	118	136	443	5.621
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	2.174	3.805	4.484	3.594	149	374	141	155	1.123	15.999
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	38.559	12.393	16.931	11.023	859	103	943	1.045	7.160	89.016
Acima de R\$ 500.000	175.713	86.228	158.769	91.828	691	13.940	-	3.735	30.415	561.319
	217.106	103.630	182.488	108.858	1.889	14.452	1.239	5.071	39.222	673.955

Operações	Composição por montante - 2014									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até R\$ 10.000	16	96	60	36	-	12	3	4	9	236
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	13	280	706	539	43	12	32	21	131	1.777
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	118	1.438	2.253	1.420	264	-	120	113	272	5.998
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	1.336	2.811	4.707	5.812	-	-	135	175	1.057	16.033
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	38.829	19.128	18.597	12.423	1.131	523	3.525	804	3.850	98.810
Acima de R\$ 500.000	225.132	107.519	179.032	77.902	4.129	11.175	16.570	7.208	29.167	657.834
	265.444	131.272	205.355	98.132	5.567	11.722	20.385	8.325	34.486	780.688

g. Constituição da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2015		2014	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	217.106		265.444	
A	0,5%	103.630	518	131.272	656
B	1,0%	182.488	1.825	205.355	2.054
C	3,0%	108.858	3.266	98.132	2.944
D	10,0%	1.889	189	5.567	557
E	30,0%	14.452	4.335	11.722	3.516
F	50,0%	1.239	619	20.385	10.193
G	70,0%	5.071	3.550	8.325	5.827
H	100,0%	39.222	39.222	34.486	34.486
Total da Carteira Classificada		673.955	53.524	780.688	60.233
(-) Devedores para compra de valores e bens		(4.230)	(1.855)	(4.155)	(1.989)
Operações de Crédito		669.725	51.669	776.533	58.244

h. Movimentação da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no semestre:

	2015	2014
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	62.706	38.027
Acréscimos/ (decréscimos) no período	9.053	24.015
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(20.090)	(3.798)
Total de provisão para operações de crédito	51.669	58.244

Provisão para outros créditos com característica operação. Credito

	2015	2014
Saldo inicial	1.959	624
Acréscimos/ (decréscimos) no período	(104)	1.365
Total de provisão para outros créditos	1.855	1.989

Provisão para operações de crédito e outros créditos-Saldo Final

	2015	2014
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	3.349	9.560

O montante acumulado de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa R\$ 210.831 em junho de 2015 (R\$ 191.492 em 2014).

6. OUTROS CRÉDITOS
a. Diversos

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	784	-	784	654	-	654
Devedores para depósito em garantia	-	6.747	6.747	-	8.690	8.690
Devedores para compra de valores e bens	2.019	2.211	4.230	1.627	2.528	4.155
Devedores diversos - País	297	-	297	317	3.443	3.760
Impostos e contribuições a compensar	2	-	2	1	-	1
Outros	3	-	3	3	-	3
Total	3.105	8.958	12.063	2.602	14.661	17.263

b. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa						
Com características de concessão de crédito	(940)	(915)	(1.855)	(818)	(1.171)	(1.989)
Sem características de concessão de crédito	-	(777)	(777)	-	(2.313)	(2.313)
Total	(940)	(1.692)	(2.632)	(818)	(3.484)	(4.302)

7. OUTROS VALORES E BENS

	2015	2014				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Bens não de uso próprio	3.435	-	3.435	11.388	-	11.388
Material em estoque	43	-	43	43	-	43
Total	3.478	-	3.478	11.431	-	11.431

A conta de Bens Não de Uso Próprio registra os bens dados/tomados de clientes para quitação de débitos de Financiamento em atraso.

A partir de junho de 2015, os Bens Não de Uso Próprio passaram a ser contabilizados pelo

saldo contábil dos contratos liquidados, e não mais o valor da dação em pagamento ou arrematação (saldo financeiro) reduzida de avaliação. A mudança do critério de registro, importou em uma redução do saldo da conta na ordem de R\$ 6.490.

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL
a. Composição
IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2015	2014
Edificações	4%	3.016	2.723
Móveis e equipamentos	10%	1.067	1.072
Equipamentos de comunicação	20%	17	18
Sistema de processamento de dados	20%	2.970	3.305
Sistema de transporte	20%	225	872
Terrenos		532	532
Direito de uso		9	10
Total		7.836	8.532
(-) Depreciações		(4.860)	(5.467)
Valor líquido		2.976	3.065

INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	2015	2014
Sistema Sisbadesc	20%	1.136	1.136
Direito de uso de softwares	20%	293	293
Total		1.429	1.429
(-) Amortização Acumulada		(1.429)	(1.424)
Valor líquido		-	5

Os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). No ano corrente, a Administração efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes, sendo que não identificou a necessidade do registro de *impairment* sobre esses ativos.

b. Movimentação no período
Imobilizado

	Saldo semestre anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2015
Imóveis de Uso	2.030	319	43	2.306
Instalações, móveis e equipamentos de uso	210	3	30	183
Outras imobilizações de uso	627	-	140	487
Total	2.867	322	213	2.976

Imobilizado

	Saldo semestre anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2015
Imóveis de Uso	2.139	-	55	2.084
Instalações, móveis e equipamentos de uso	225	18	29	214
Outras imobilizações de uso	918	-	151	767
Total	3.282	18	235	3.065

Intangível

	Saldo semestre anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2015
Outros ativos intangíveis	2	-	2	-
Outros ativos intangíveis	8	-	3	5

9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Em Outras Instituições Oficiais, são apresentados repasses da FINEP, Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC. Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são, nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF).

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	20.474	36.541	57.015	203.327	260.342
FINAME	3.819	13.044	16.863	89.157	106.020
FINEP	226	1.464	1.690	14.757	16.447
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
Total	24.519	51.049	75.568	307.896	383.464

	2014				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	19.968	56.205	76.173	219.014	295.187
FINAME	2.945	9.380	12.325	92.866	105.191
FINEP	8	199	207	9.762	9.969
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
Total	22.921	65.784	88.705	322.297	411.002

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Movimentação de saldo na conta Sociais e Estatutárias	2015	2014
(+) Saldo de valores provisionados em exercícios anteriores	24.408	21.281
(+) Valores creditados no exercício (Dividendos)	1.462	-
(-) Valores pagos no semestre	(12.117)	(4.439)
Saldo final na conta Sociais e Estatutárias	13.753	16.842

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Provisão para Impostos e Contribuições Sobre o Lucro	2.968	-	2.968	6.253	-	6.253
Impostos e Contribuições a Recolher	1.660	-	1.660	1.575	-	1.575
Provisão para Riscos Fiscais	-	-	-	-	9.956	9.956
Total	4.628	-	4.628	7.828	9.956	17.784

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015			2014		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Provisão de pagamentos a efetuar	4.493	-	4.493	2.248	2.472	4.720
Provisão para passivos contingentes	1.497	10.231	11.728	2.204	9.317	11.521
Credores Divresos - País	3.379	-	3.379	3.061	319	3.380
Total	9.369	10.231	19.600	7.513	12.108	19.621

a. Provisão para Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis

As contingências trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi julgada provável pelos assessores jurídicos alcançaram o montante corresponde a R\$ 8.460 em 2015 (7.899 em 2014) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento.

As contingências de outras naturezas, classificadas como prováveis, correspondem ao montante de R\$ 3.268 em 2015 (3.622 em 2014).

b. Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

As contingências trabalhistas cuja probabilidade de perda foram julgadas possíveis pelos assessores jurídicos, alcançaram o montante de R\$ 6.705 em 2015 (R\$ 1.968 em 2014).

As contingências cíveis, cuja probabilidade de perda foi julgada possível pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 3.810 em 2015 (R\$ 2.575 em 2014).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 530.205 (R\$ 530.205 em 2014), totalmente integralizado, representado por 210.753 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	Qtde. Ações	Percentual
Cia. Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	101.129	47,98%
Estado de Santa Catarina	109.209	51,82%
Prefeitura Municipal de Blumenau	31	0,01%
Prefeitura Municipal de Canoinhas	26	0,01%
Prefeitura Municipal de Criciúma	17	0,01%
Prefeitura Municipal de Videira	19	0,01%
Outros	322	0,16%
Total	210.753	100,00%

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
	Total	Total
Despesas Com Internalização de Bens Não de Uso Próprio	3.122	-
Redução de Valor Contábil de Bens Não de Uso Próprio	6.524	-
Descontos Concedidos em Renegociação	543	1.296
Outras Provisões Operacionais	5.136	597
Total	15.325	1.893

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.341	7.668
(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Diferenças Temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8.928	24.007
Outras provisões	(373)	1.451
Perdas no recebimento de créditos	(5.717)	(12.266)
Indenizações trabalhistas	-	(48)
Outras	227	-
Diferenças Permanentes		
Despesas não dedutíveis	84	421
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL		
Imposto de renda à alíquota de 15%	15.490	21.233
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	2.324	3.185
Total do IRPJ	3.861	5.296
Base de Cálculo da CSLL à alíquota de 15%	15.490	21.233
Total da CSLL	2.323	3.185

16. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

17. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Codesc, conforme demonstrado na nota 13.

A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual n° 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2015		2014	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Dividendos e Bonificações	(11.320)	-	(16.401)	-
CODESC	Dividendos e Bonificações	(1.960)	-	-	-
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei 13.438/2005	-	-	-	(146)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(81)	(586)	(51)	(507)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Cedidos	35	53	-	-

A remuneração dos administradores no primeiro semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 551 em 2015 (R\$ 426 em 2014).

18. CAPITAL REGULAMENTAR
a. Patrimônio de Referência e Índice Basiléia

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2015	2014
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	144.914	118.840
Nível I	534.914	518.840
Patrimônio Líquido	534.914	518.840
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	(390.000)	(400.000)
Destaque para Operações com o Setor Público	(390.000)	(400.000)
2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	648.398	705.509
RWA para Risco de Crédito	500.664	576.131
RWA para Risco Operacional	147.734	129.378
3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA (11% DE 2)	71.324	77.606
Parcela de Risco de Crédito (RWA CPAD)	55.073	63.374
Parcela de Risco Operacional (RWA OPAD)	16.251	14.232
4- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3)	73.590	41.234
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,11)	22,35%	16,84%
5- Parcela RBAN	1.942	1.701
6- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA + RBAN (4-5)	71.648	39.533
ÍNDICE BASILÉIA AMPLO (Inclui RBAN)	21,76%	16,48%

b. Limite de Imobilização

	2015	2014
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	144.914	118.840
2- LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)	72.457	59.420
3- SITUAÇÃO	2.984	3.078
4- MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3)	69.473	56.342
ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO	2,06%	2,59%

19. GESTÃO DE RISCOS E LAVAGEM DE DINHEIRO**Risco de Mercado**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A metodologia utilizada para alocação de capital desse risco é o V@R (*Value at Risk* – Valor em Risco). A Agência acompanhou dia-a-dia o V@R das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos externos. O V@R não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada de 3% da carteira de crédito da Agência.

Risco Operacional

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional há o constante mapeamento de processos para identificação, monitoramento e avaliações (impacto e frequência) dos riscos em relação às atividades da Agência. Pela sua característica, a Badesc utiliza a abordagem do indicador básico (*Basic Indicator Approach*, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA_opad).

Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Badesc avalia e monitora mensalmente a classificação de risco da carteira de operações de crédito por meio de avaliação da perda (esperada e efetiva) com o nível de provisãoamento contábil por conta do risco de cada operação. São gerados, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, relatórios que indicam o risco por faixa de classificação, avaliando-se os impactos potenciais para subsidiar a política de crédito da Agência. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA_cpad.

Risco de Liquidez

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, a Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este como o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos e honrar suas obrigações observando diferentes cenários que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro e afetar suas operações diárias sem incorrer em perdas significativas. No caso da Badesc, ocorre o acompanhamento de índices de liquidez, monitoramento de fluxo de caixa e diversificação de fontes e prazos, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital da Agência tem o objetivo de assegurar o capital necessário

para suportar suas operações, a otimização da relação risco x retorno da instituição e a realização de um planejamento da adequação do seu capital. A Badesc monitora mensalmente os indicadores de gestão de capital por meio dos riscos cobertos pelo PRE – Patrimônio de Referência Exigido e o seu Planejamento Estratégico.

Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A Agência possui em sua estrutura área específica para tratar da prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Para definir estratégias para a gestão desse assunto e avaliar situações típicas, continuam as reuniões do Colav – Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, proporcionando um importante avanço nas definições de políticas para conhecimento dos clientes e dos empregados, base das atividades de prevenção.

A Badesc cumpre seu papel na prevenção a este tipo de crime. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil - Bacen e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Agência aumentou os controles sobre as práticas destes crimes informatizando relatórios e manualizando procedimentos de comunicação. Além disso, todos os funcionários da Badesc são capacitados e orientados periodicamente para auxiliar na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR.

ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Presidente: **Antônio Marcos Gavazzoni**
Vice-presidente: **Olívio Karasek Rocha**
Conselheiro: **Murilo Xavier Flores**
Conselheiro: **Carlos Alberto Chiodini**
Conselheiro: **Miguel Ximenes de Melo Filho**
Conselheiro (*): **José Antônio de Mattos Neto**

Conselho Fiscal

Conselheiro: **Delcy Norberto Batista**
Conselheiro: **Flávio Ervino Schuhmacher**
Conselheiro (*): **Adilson Cosme de Oliveira Pereira**

(*) representantes dos acionistas minoritários

Diretoria Executiva

Olivio Karasek Rocha
Diretor Presidente
Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso
Diretor de Desenvolvimento de Negócios
João Carlos Grando
Diretor Operacional, Administrativo e Financeiro

Responsável Técnico
Amauri Evaldo Nau
Contador / CRC-SC 022.767/O-1
CPF 445.216.779-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS
ADMINISTRADORES DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC
FLORIANÓPOLIS – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC para planejar

os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 07, a partir de junho de 2015, os Bens Não de Uso Próprio passaram a ser contabilizados pelo saldo contábil dos contratos liquidados, e não mais o valor da dação em pagamento ou arrematação (saldo financeiro) reduzida de avaliação. A mudança do critério de registro importou em uma redução do saldo da conta na ordem de R\$ 6.490 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Florianópolis, 14 de agosto de 2015.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC RS 3717 S SC

HERALDO S.S. DE BARCELLOS

Contador CRC RS 11609 S SC

CNAI Nº 43

Responsável Técnico